

**XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA***Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento*

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5

**TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE**

Pro. Dr. Juarez Bortolanza
Professor Associado do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE
- Campos de Marechal Cândido Rondon – PR

juarezbortolanza@gmail.com

UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Resumo:

Este estudo busca resgatar a trajetória da universidade da sua origem, passando pelos grandes acontecimentos e aprimoramentos ocorridos na Europa e sua chegada na América e depois de alguns séculos ocorreu a sua implantação no Brasil. A pesquisa de cunho bibliográfico e descritivo com abordagem qualitativa, com uso da técnica documental com análise de conteúdo. Apresenta uma contextualização dos acontecimentos e importância das universidades numa revolucionária transformação humana social e as implicações para ser constituída no Brasil. As inúmeras Reformas e Leis desencadearam avanços e retrocessos na construção de um sistema de ensino geral e universitário com solidez institucional no país. A universidade teve crescimento quantitativo significativo no final do último milênio e início do século XXI, mas continua questionada em sua qualidade e estruturação frente as contínuas políticas de governo em detrimento de uma política de Estado ao ensino como um todo.

Palavras-chave: Ensino. Universidade. Políticas Educacionais.

INTRODUCAO

A educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz e, portanto, deve ser acessível a todos no decorrer da vida (UNESCO, 2016). Consta na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e, em particular, no Artigo 26 do §1: no qual se declara que "toda pessoa tem o direito à educação" e que "a educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respectivo mérito", e endossado, nos princípios básicos da Convenção contra Discriminação em Educação (1960), que em seu Artigo 4º: compromete os Estados Membros a "tornar a educação superior igualmente acessível a todos segundo sua capacidade individual" (UNESCO, 2016).

Com outra estruturação, ainda antes de Cristo surgiu a primeira Universidade, a de Alexandria, da qual precede as demais posteriormente criadas. Algumas universidades foram implantadas ainda no primeiro milênio e continuam em funcionamento, entretanto a Europa foi o berço da Instituição Universitária que prevalece na atualidade. A universidade de Bolonha a primeira e atribuída como a *l'Alma Mater*, fundada em 1088 seguida pela universidade de Paris, a qual serviu de modelo posteriormente, foram e continuam sendo, pois permanecem com plenas atividades universitárias, as instituições desbravadoras na formação desta modalidade de ensino.

As universidades na Europa eram consideradas pelos papas e príncipes importantes fontes de apoio político e, para instituí-las editavam bulas e leis, com o objetivo de as proteger e nelas poderem intervir, como constam nos registros de criação das universidades de Bolonha e Paris (Sorbonne, a mais famosa) como em inúmeras outras, inclusive na América.

Somente os alunos da Universidade de Cambridge, até 2009, estavam de posse de 85 prêmios Nobel, caracterizando a importância desta instituição para promover suas atribuições institucionais (CAM, 2017).

Na América, diante das descobertas pelos espanhóis, as primeiras universidades foram implantadas nos primeiros anos de 1500, sendo a Universidade Nacional de San Marcos do Peru a primeira formalmente implantada (UNMSM, 2017).

Em praticamente todos os países americanos o sistema de ensino universitário fazia parte do sistema de ensino enquanto o Brasil, foi um dos mais retardatários a implantar a universidade, seja pela falta de interesse da Coroa portuguesa e/ou pelo desinteresse dos detentores do poder no país nesse período.

A Companhia de Jesus fundada por Inácio de Loyola, teve forte participação no ensino no Brasil e por ocasião da criação do curso de filosofia no Brasil em 1572 (Leite, 2000), no Colégio da Bahia em 1572, teve seu curso de Teologia equiparado ao da Universidade de Évora, a segunda Universidade de Portugal (CALMON, 1967).

A expulsão dos jesuítas em 1759 provocou uma séria crise do ensino brasileiro, uma vez que eles detinham a maioria dos educandários da colônia (PIVA, 2007).

O ensino superior no Brasil nasceu no modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante (engenharia militar e medicina aplicada) em faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, contemplam muitas das distorções e, ainda hoje, são constantemente questionados do ponto de vista estrutural e de funcionamento.

As universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil.

As dificuldades de estruturação do ensino superior condizem com as inúmeras Reformas Educacionais ocorridas ainda na República Velha, até 1930 e, as constantes

discussões e reformas da instrução pública, com critérios políticos acima da base de cunho científico permearam as Reformas. O quadro não se alterou em grande magnitude posterior a este período, como estão considerados neste trabalho, pois a Educação continua em busca de um modelo para o alcance de seus propósitos.

O breve tempo da instituição universitária no Brasil, se comparado a América e a Europa, não minimizam as dificuldades a serem galgadas para atender a grade demanda da população ainda sem acesso a formação superior. Frente a esta perspectiva a universidade é um produto histórico e social e sua amplitude pode ser apreciada no escrito por Vega (2009) como:

La universidad es un producto histórico, de modo que está íntimamente impregnada de su contexto, con el que interactúa de múltiples formas, pero posee una cierta identidad formada en su devenir histórico que la convierte en una institución con un alto grado de individualización en las diversas épocas y en los diferentes ámbitos donde actúa. (VEGA, 2009.) [...] Y quizá en ese tema esté encerrado el primer gran conflicto que la abruma: el de ser siempre distinta y siempre la misma (VEGA, 2009).

A denominação de Universidade, Ensino Superior, Faculdades, Instituições de Ensino Superior - IES, se apresentam sem um rigor científico pertinente a sua nomenclatura/conceituação, decorrente do referencial bibliográfico utilizado não conter um rigor conceitual em sua literatura da época investigada e também por não se tratar do foco do presente estudo.

Este trabalho apresenta uma contribuição de acontecimentos ao ensino no decorrer dos tempos, com apreciação as implicações ocorridas com o ensino superior no Brasil e as possibilidades de rumos a ser perseguida pelos gestores na construção de ensino como uma proposta de Estado e conseqüentemente a afirmação das próprias instituições de ensino superior.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE

Em cada era da história os acontecimentos registram as etapas evolutivas da humanidade, seja na fixação de papéis sexuais e sociais desempenhados, como no mundo antigo, ou no estabelecimento de locais de aprendizagem. (BOHER, et all. 2008). Todavia, a origem da universidade, mesmo com olhar das perspectivas de épocas distintas, é contestada e de difícil concordância. Entretanto, seguindo uma ordem cronológica, os registros e marcas apontam a origem da universidade ainda na época helênica, quando no ano 387 antes de Cristo, o grande filósofo Platão, da Grécia, criou a Academia, localizada nos arredores de Atenas, no bosque de Academos (REALE, 2008).

Arqueólogos poloneses numa missão para limpeza do pórtico do Teatro Romano, na parte leste da cidade antiga de Alexandria descobriram 13 salões de aula, com dimensões idênticas e fileiras de bancos em degraus, na forma de semicírculo, e uma tribuna elevada, aparentemente para o professor ou conferencista (LULAT, 2005). A Universidade de Alexandria no antigo Egito tinha capacidade para 5.000 estudantes. Os arqueólogos poloneses também encontraram a antiquíssima biblioteca em Alexandria, fundada por Ptolomeu I cerca de 295 A.C., e incendiada no século IV, localizada na região portuária da cidade de Alexandria (LULAT, 2005). Estas obras tinham como propósito refletir os valores de sua época, ou seja, de apoio a difusão do saber grego clássico para o Oriente (MEY, 2004).

Para Barreto e Filgueiras (2007) o conjunto constituído pela Biblioteca e pelo Museu de Alexandria condiz como a primeira instituição que mais se aproxima do conceito de universidade. Embora nunca tenha sido assim designada formalmente, a Biblioteca e o Museu constituíram um centro de ensino e pesquisa, de certa forma antecipando a visão moderna de uma universidade de pesquisa (BARRETO e FILGUEIRAS, 2007; PETERS, 1996). Segundo estudiosos, no Século IV A.C., a educação grega congregava um conjunto complexo de estudos com curso de retórica, filosofia e medicina. (BREVIÁRIO, 2013). Todavia na Grécia, no século V A.C., aparecem os primeiros professores e profissionais remunerados, mesmo sem haver escolas como instituições. O método utilizado na escola era conhecido como preceptorado coletivo, por estar incumbido da formação completa dos jovens a eles confiados (BREVIÁRIO, 2013).

Posteriormente, outras instituições de ensino, registram que estes estabelecimentos remontam a milhares de anos, e em alguns casos continuam em atividade até a atualidade como o caso da Universidade de Al-Karaouine (Al Quaraouiyine) em Marrocos, na região de Fes. Esta universidade com origem numa Madrasah, um tipo de escola, foi criada no ano de 859 D.C., mas somente em 1957, passou a ofertar graduações em matemática, física, química e línguas estrangeiras e ainda hoje permanece em atividade (COLLEGESTATS, 2009; BREVIÁRIO, 2013).

A Universidade Al-Azhar, a segunda universidade mais antiga ainda em atividade, localiza-se no Cairo, capital do Egito. Fundada entre 970 e 972 a universidade de Al-Azhar, centrada na Teologia, procura conciliar fé e ciência para muitos mestres e alunos de todas as partes do mundo islâmico até o presente (COLLEGESTATS, 2009; BREVIÁRIO, 2013).

A Universidade Nizamiyya constitui uma rede de universidades fundada por Khwaja Nizam al-Mulk no século XI, em atual território do Irã. Dentre as suas faculdades, a mais famosa é a Al-Nizamiyya of Baghdad, estabelecida em 1065. Acredita-se que as Nizamiyya serviram de modelo para universidades fundadas posteriormente na região e continua em funcionamento (COLLEGESTATS, 2009; BREVIÁRIO, 2013).

2.1.1 A Europa na construção Universitária

A criação da universidade europeia foi uma das grandes realizações da Idade Média. A universidade europeia medieval se parecia mais com as escolas atenienses de Platão e Aristóteles, respectivamente a *Academia* e o *Liceu*, anteriores à instituição alexandrina (RUEGG, 1996). A universidade europeia conservou essencialmente a estrutura medieval até o século XVII. Após esse período, a influência da Revolução Científica se fez sentir cada vez mais forte, até que finalmente, no século XIX, ocorreria o que se pode denominar uma verdadeira Revolução Universitária, a partir da qual a universidade passa a ser o local por excelência de realização de pesquisa científica (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007).

As universidades e os produtos imediatos das suas atividades, constituem a grande realização da Idade Média na esfera intelectual. Sua organização, suas tradições, seus estudos e seus exercícios influenciaram o progresso e o desenvolvimento intelectual da Europa (RASHDALL, 1895).

Entre as universidades europeias cabe destaque as desbravadoras e que continuam em atividade como a Universidade de Bolonha, fundada em 1088, que se constitui como a mais antiga universidade e a primeira no ocidente. *lo Studium di Bologna nasce dagli studenti e per gli studenti*. O *Stadium* nasceu dos estudantes para os estudantes e o termo "universidade", aliás, vem de sua criação. Durante as guerras mundiais, seus gestores buscaram se aproximar de países mais avançados tecnologicamente, o que permitiu que, ainda hoje, a instituição seja considerada *A l'Alma Mater*. É uma das líderes do sistema universitário europeu (BREVIÁRIO, 2013; UNIBO, 2017).

A palavra *Universitas* designava inicialmente a comunidade de alunos e mestres. A instituição era designada por *Studium*. Com o tempo, contudo, *Universitas* passou a adquirir a conotação que temos para universidade e *Studium* se referia a uma faculdade ou a um conjunto delas (SERRÃO, 1983).

A Universidade de Paris não tem registros precisos de sua fundação, mas estima-se que suas atividades iniciaram em 1096. Posteriormente em 1970, houve separação em 13 universidades autônomas, sendo a renomada universidade de Sorbonne (fundada em 1257) a mais conhecida (PARIS, 2017). Para Verger, (2001) a Universidade de Paris tornou-se o foco intelectual do Ocidente medieval e fez-se como modelo para demais universidades. A universidade parisiense torna-se não apenas um exemplo, mas igualmente forma um novo profissional, o profissional da cultura, cujo trabalho é o estudo, a ciência, o saber. Não seria ousado afirmar que se forma um novo personagem social vinculado ao saber: o doutor. Essa figura e essa função continuam a existir em nossas universidades (VERGER, 2001).

A Universidade de Oxford também sem o conhecimento exato do início de suas atividades, embora seja considerado o ano de 1096 o de sua criação, mesmo com o conhecimento que houve aulas antes deste período (OX.AC, 2017). A Universidade de Montpellier, nome da própria localidade na França, com sua criação oficial em 1150, embora ministrasse aulas antes de sua fundação (MONTPELLIER, 2017). A Universidade de Cambridge foi criada por dois acadêmicos originários da Oxford após uma disputa em 1209 (CAM, 2017). A Universidade de Salamanca, localizada na cidade homônima, na Espanha, existe deste 1218 e o título de Universidade foi entregue em mãos pelo Papa Alexandre IV em 1225, mas originalmente foi criada pelo rei Leonês Alfonso IX (USAL, 2017). A Universidade de Pádua, a segunda Universidade mais antiga da Itália, foi fundada em 1222 por um grupo de estudantes e professores que deixaram a Universidade de Bolonha em busca de uma maior liberdade acadêmica (UNIPD, 2017).

Esse processo de criação de universidade foi uma constante de modo que em 1500 já haviam mais de meia centena de universidades na Europa. Nos trabalhos de Oliveira (2007) apresenta que Verger (2001) destaca a influência da universidade, ressaltando o seu papel político-cultural, enquanto Lusignan (1999) chama a atenção para o aspecto original da instituição universitária, em se organizar sob a forma de corporação, assim como as demais atividades cidadinas, como pode ser visto no trabalho de Heer (1970):

“Universitas, ce mot designe d’abord au Moyen Age un compagnonnage, une corporation comme il en existe tant dans les villes. Une guilde, un groupement de commerçants ou d’artisans, tout petite société organisée peut s’intituler ‘université’. L’Université proprement dite n’est rien d’autre, au départ, qu’une corporation d’étudiants et de professeurs qui se groupent pour défendre leurs intérêts en terre étrangère”. (HEER, 1970 p.254).

A descrição feita por Heer (1979) das Universidades como corporação de ofício é um testemunho a mais do vínculo dessa Instituição com as demais atividades cidadinas. Para Verger (2001) o surgimento das primeiras universidades, na virada dos séculos XII e XIII, é um momento capital da história cultural do Ocidente medieval. O agrupamento dos mestres e/ou dos estudantes em comunidades autônomas reconhecidas e protegidas pelas mais altas autoridades leigas e religiosas daquele tempo, permitiu tanto progressos consideráveis no domínio dos métodos de trabalho intelectual e da difusão dos conhecimentos quanto uma inserção muito mais eficiente das pessoas de saber na sociedade da época (VERGER, 2001).

Para Lusignan (1999) na Idade Média, o cristianismo sempre desenvolveu e impulsionou o desenvolvimento escolar. No entanto, a universidade é um locus novo, pois seu princípio não é mais o ensino no qual a religião é o seu fim, mas o saber. A preocupação dos homens das universidades não era somente formar o clérigo, mas formar uma pessoa capaz de aprender e de ensinar. O saber deixa de ser um dom, uma graça divina, como era considerado até então. Torna-se uma atividade humana que qualquer um que possuísse intelecto racional

poderia desempenhar, ou seja, qualquer ser humano. O conhecimento, o ensino e o saber adquirem uma dimensão nova e essa é a grande inovação da universidade.

2.1.2 A América com Universidade desde 1500

A conquista da América, pelos espanhóis ávidos no sistema comercial, também tiveram a iniciativa de fundarem universidades nos territórios ocupados como um mecanismo de colonização (Hollanda, 2006). A fundação de universidades na América começou pela Universidad Autónoma de Santo Domingo, na ilha de Hispaniola (atual República Dominicana) criada pela Bula em Apostolatus Culmine, emitida em 28 de outubro de 1538 pelo Papa Paulo III, mas esteve constituída como Estudo Geral dos Dominicanos desde 1518, em Santo Domingo, a capital do vice-reino da colonização e o mais antigo assentamento colonial no Novo mundo (UASD, 2017; RUEGG, 1996).

Entretanto, com a fundação da La Universidad Nacional Mayor de San Marcos deu-se o início da história da universidade no continente. Decana da América, fundada em 12 de maio, 1551 nos conventos de Cuzco, principal cidade peruana no século XVI, e Lima com estudos de Artes e Teologia (UNMSM, 2017). A Universidade começou a operar em 02 de janeiro de 1553 na casa do capítulo do Convento do Rosário da Ordem Dominicana (UNMSM, 2017). La Universidad Nacional Mayor de San Marcos é a única da América que teve suas atividades continuadas sem interrupções. Desde sua criação foi conduzida por 213 reitores. Embora tenha mudado de locais por cinco vezes, manteve sua função universitária em plena atividade (UNMSM, 2017).

Antes do final do século XVIII a maioria dos países latino-americanos tinham uma ou mais universidades perfazendo dezenove ao todo e chegando a mais de trinta no século XIX com exceção do Brasil (ROSSATO, 2005).

As universidades da América Latina seguiram os moldes das universidades europeias, sendo o modelo francês a que mais identificou as universidades latino americanas implantadas. A influência europeia aos poucos começou a esmorecer por não haver conciliação entre o ensino profissional e as atividades de pesquisa científica. No Século XIX, a forte expansão do ensino superior na América do Norte exerceu pressão nas universidades da América Latina (ROSSATO, 2005). As universidades dos Estados Unidos proporcionaram inovação na formação dos cientistas e nos cursos de doutoramento habilitando-os para as atividades universitárias e desta maneira se diferenciando do modelo europeu (WANDERLEY, 2003).

2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO BASE PARA O ENSINO SUPERIOR

2.2.1 Escolas de Formação Profissional

O ensino superior brasileiro foi precedido por escolas para formação profissional, algumas bastante vetustas, além de academias militares e outras escolas com formação variada. O Brasil teve desde a época colonial, algumas instituições notáveis e, em várias delas com ensino científico ou técnico. A criação de universidades, e não mais apenas escolas superiores isoladas, só se efetivou no século XX, num fenômeno singular brasileiro (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007). Alguns exemplos deste tipo de escola podem ser vistos como na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792, uma modalidade de ensino, que posteriormente deu suporte ao ensino superior (SILVA TELLES, 1984).

Em outro momento, o Príncipe Regente D. João por carta régia em 1801, portanto antes de sua vinda para o Brasil, criou o Hospital de Vila Rica, uma instituição para o ensino

de especialidades médicas que funcionou até 1848 (FILGUEIRAS,1998; PIERUCETTI, 1992). No mesmo ano de 1808, o Príncipe Regente fundou a Escola de Cirurgia, posteriormente passou a ser a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, antecessora da atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Outra escola e Academia Médico-Cirúrgica foi implantada no Rio de Janeiro no mesmo ano, e se tornando na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (VAINFAS, 2002).

Os Cursos Jurídicos de São Paulo, implantados em 1827, iniciaram as atividades no ano seguinte, e em sua trajetória formaram a atual faculdade de Direito, permanecendo em plena vigência (VAINFAS, 2002). Os Cursos Jurídicos implantados em 1827 em Olinda, deram origem a atual Universidade Federal de Pernambuco (VAINFAS, 2002). A Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, criada em 1895, e com início de atividade em fevereiro de 1896 e a Escola de Engenharia, fundada em 1896 junto com as demais escolas formaram em 1934 a Universidade de Porto Alegre, antecessora da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CARVALHAL, 1998).

Estes são alguns exemplos que testemunham a existência de escolas ou instituições com vocação à formação profissional antecipando as faculdades e posteriormente universidades.

2.2.2 A Criação do Ensino Superior no Brasil

Com a chegada da Coroa Portuguesa, em 1808, começa a estruturação do núcleo de ensino superior no Brasil, controlado pelo Estado e orientado para a formação profissional. (SAMPAIO, 1991). As primeiras escolas superiores, criadas em 1808 perduraram até 1934, com um modelo de ensino superior voltado na formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias (SAMPAIO, 1991). A presença e controle do Estado no ensino era de tal forma que chegava a determinar as instituições a serem criadas, seus objetivos, o estabelecimento do curriculum e os próprios programas das instituições de ensino superior (SAMPAIO, 1991). Um exemplo pode ser constatado na carta de Lei de 1810, onde consta as especificações dos livros e tratados nos quais os docentes deveriam se basear para a redação obrigatória de seus compêndios (ADORNO,1988; SAMPAIO, 1991).

O Estado controlava e se manifestava também no acompanhamento dos dirigentes das instituições de ensino. A própria distribuição das cátedras, em geral, atendia mais a critérios políticos do que acadêmicos, destacando-se a nomeação regional na indicação dos primeiros docentes (ADORNO, 1988). Almeida Júnior (1956), recorre ao relatório de Clóvis Beviláqua, de 1837, sobre o ensino profissional no Brasil, que apontava a "má escolha de alguns lentes nomeados por escandaloso patronato. Em vez de se procurarem notabilidade com poucas e honrosas exceções, só se cuidou de arranjar afilhados".

A notória forma de gerir voltada aos interesses individuais, partidários, ou na preservação do poder pelos gestores da época, camuflaram os interesses do Estado, pois conforme aponta Meirelles (2004, p. 84) [...] administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheia. Se os bens e interesses geridos são individuais, realiza-se a administração particular. Se são da coletividade, realiza-se administração pública. Assim a [...] Administração Pública é a atividade dinâmica do Estado, planejando, dirigindo e executando as atividades que visam o bem comum, consistindo, portanto, no conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral (MIRANDA, 2005, p. 81).

Nesse contexto de centralismo político do regime imperial, e controle do Estado na educação, estava a criação de uma universidade no Brasil (SAMPAIO, 1991). Neste sentido, as diferentes faces desse processo de criação do ensino superior contribuíram para desvalorizar ainda mais os critérios acadêmicos: pela absorção de pessoal pouco qualificado;

pela manipulação de influências clientelísticas e políticas nas contratações; e pela introdução de diferenciais de remuneração e de condições de trabalho sem uma relação com as exigências de competência e desempenho (SAMPAIO, 1991).

A falta de planejamento às instituições de ensino superior no Brasil, desde sua origem, em detrimento as ineficiências e cunho político e interesses outros, proporcionaram limitações em sua expansão e na qualificação no atendimento pleno da população. Persiste na atualidade as consequências das constantes reformas educacionais e de Leis sobre as atribuições à Educação Pública e ao Ensino Superior.

2.2.3 As Reformas no caminho da Universidade

O ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30. Contudo, de 1808 quando foram criadas as primeiras escolas superiores até 1934, o modelo de ensino superior estava direcionado na formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina ou para as engenharias (SAMPAIO, 1991).

O modelo de ensino empregado se manteve quase inalterado até no final do século XIX, quando algumas modificações passaram a dar ênfase maior à formação tecnológica. Por sua vez, marcas de descontinuidades no que diz respeito, sobretudo, aos aspectos que envolvem sua relação com o Estado foram sentidas em cinco momentos chaves: 1808, 1898, 1930, 1968 e 1985. Esses anos, num contexto maior definem, em linhas gerais, os períodos de mudanças no formato do sistema de ensino superior ao longo de seus quase duzentos anos de existência (SAMPAIO, 1991).

Em 1808, com a transmigração da corte portuguesa, o Brasil se eleva à condição de Reino; 1898, ano da Proclamação da República e da nova Carta Constitucional; 1930 marca o fim da República Velha com o regime revolucionário de Getúlio Vargas, que dura até 1945; em 1968 sob o regime militar iniciado em 1964, e o Ato Institucional nº 5 retira da sociedade sua possibilidade de representação democrática e finalmente em 1985 é eleito um presidente civil. Nesse mesmo ano tem início os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (SAMPAIO, 1991).

Após 1850, sob o governo de Dom Pedro II, presencia-se uma expansão gradual das instituições educacionais e a consolidação de alguns centros científicos. O ensino superior propriamente dito manteve-se exclusivamente limitado às profissões liberais em meia dúzia de instituições isoladas de tempo parcial de suas atividades de ensino.

Com a queda da instituição Império e a Proclamação da República (1889), ocorreram grandes mudanças sociais no Brasil e a educação acompanhou essas mudanças. A Constituição da República descentraliza o ensino superior, que era privativo do poder central e aos governos estaduais, e permite a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema de ensino. Entre 1889 e 1918, fruto dos efeitos dessa constituição, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, são criadas no país.

As novas universidades não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais, e educadores, nem sempre ligados ao ensino superior (SAMPAIO, 1991). A imposição e força presente nas instituições de ensino superior se fez notar pela pouca experiência administrativa, mas com cunho político, ideológico ou interesses escusos, inibindo o bom andamento do ensino superior como uma política de Estado.

O desenvolvimento do sistema federal de ensino, a partir de 1945, ocorreu em grande parte pela federalização de algumas universidades estaduais criadas nas décadas de 30 e início dos anos 40, concomitantemente à difusão da ideia de que cada Estado da federação tinha o

direito a pelo menos uma universidade federal (SAMPAIO, 1991). Esta difusão das instituições de ensino superior no território brasileiro, demonstra as forças políticas regionais ou dos gestores, para implementar universidades federais em seus Estados, como pode ser visto, inclusive atualmente, pela quantidade existente das mesmas em cada Estado.

A criação das universidades, segundo Janotti (1992), esteve voltada as condições social e cultural bem como aos seus interesses que estavam atrelados aos da Igreja e do Estado, ambos com forte direcionamento ao sistema educacional no Brasil.

A educação também sentiu os efeitos da entrada de capital internacional, fonte de recursos de países em desenvolvimento, para reorganizar a economia e proporcionar o desenvolvimento interno (MIRANDA NETO, 1981). O acesso aos recursos internacionais, até 1956, estava a cargo do Conselho de Desenvolvimento, do Governo Federal, que até 1956, respondia por coordenar e planejar a política econômica nacional e assim com reflexos na educação, como consequência da política adotada pelo governo (MIRANDA NETO, 1981).

Desde a implantação das primeiras universidades, o ensino superior não experimentou nenhum crescimento mais significativo, nem ocorreram mudanças relevantes em seu formato, cabendo destaque ao desenvolvimento da rede de universidades federais e com a criação de outras instituições menores, estaduais e locais (SAMPAIO, 1991).

O ensino superior brasileiro, que ainda obedece à legislação da Reforma de 68, e por ser um sistema de ensino de massa, tende inevitavelmente a uma pluralidade de formas e funções. Esta situação deve ser reconhecida, sobretudo, pelos especialistas e legisladores como expressão de diferenciações reais existentes no sistema de ensino que devem ser consideradas. Caso contrário, as diferenças existentes, resultado do afastamento do modelo único da reforma de 68, continuarão a ser ignoradas, ou atribuídas as deficiências do subdesenvolvimento, a serem superadas no futuro (SAMPAIO, 1991).

O surgimento do ensino Superior no Brasil como um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante com característica elitista servia para atender os filhos da aristocracia colonial, que não tinham mais acesso às academias europeias (SOUZA, 2001). A natureza pouco universitária desses estudos utilitários (engenharia militar e medicina aplicada) e profissionalizantes, por meio de faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, constituíram o sistema de ensino superior no Brasil, e apresentam suas distorções que, ainda agonizam sob os pontos de vista estrutural e de funcionamento do ensino superior brasileiro (SOUZA, 2001).

O processo decorrente das Reformas de 1968 e dos modelos profissionalizantes que mantém raízes no sistema vigente de ensino superior, contemplam ao processo pelo qual o Governo busca atender a demanda por ensino superior por duas maneiras: pela ampliação das vagas no ensino público e pelo estímulo à expansão do setor privado (SAMPAIO, 1991). Mulgan e Albury (2003) acreditam que a inovação no setor público é importante, pois dinamiza e torna a resposta dos serviços prestados mais rápida, além de manter um padrão de qualidade capaz de se atualizar frente a demanda da sociedade. As universidades fazem parte deste cenário e, portanto, devem constantemente estar voltadas as práticas acadêmicas e vislumbrar as tendências inovativas e auto realização pessoal e profissional dos seus alunos.

Pereira (2010, p. 44) ratifica que a palavra “planejamento” lembra pensar, criar, moldar ou mesmo tentar controlar o futuro da organização dentro de um horizonte estratégico. [...] Nesse sentido, planejamento difere de improvisar. Enquanto o primeiro está preocupado em elaborar um plano para fazer algo ou mesmo criar um esquema para agir, o segundo prepara algo às pressas no momento em que as coisas acontecem e às vezes age ao acaso”.

Na Tabela 01 consta a quantidade de universidades existentes no Brasil de 1900 a 2015 com o quantitativo de cursos vigentes nas mesmas e as matrículas efetuadas. Alguns vazios na referida tabela decorrem da falta de dados com validade científica.

Tabela 01 - O crescimento das universidades e a estruturação do ensino

ANO	UNIVERSIDADES	CURSOS	MATRÍCULAS
1900	24	-	-
1910	61	-	-
1920	95	-	-
1930	181	-	33.723
1945	276	-	40.975
1960	499	-	95.691
1970	639	-	425.478
1975	860	-	1.072.548
1980	882	-	1.377.286
1985	859	3.823	1.367.609
1990	918	4.712	1.540.080
1995	894	6.252	1.759.703
2000	1.180	10.585	2.694.245
2005	2.165	20.404	4.453.156
2010	2.378	28.577	5.449.120
2015	2.364	33.501	8.027.279

Fonte: Dados extraídos de (INEP, 1999; LEVY, 1990; TEIXEIRA, 1969; SAMPAIO, 1990)

As constantes alterações legislativas e políticas administrativas a que o Ensino Superior esteve e continua vinculado interfere de sobremaneira em sua evolução construtiva enquanto academia. As intervenções e rupturas ocorridas nos processos ao ensino, pesquisa e extensão, decorrente dos frágeis programas de governo, sem continuidade e vicissitude, à um programa de Estado com maior perenidade para sua formação e benefícios para a sociedade.

As alterações, mudanças e reformas entre outros preceitos que por força de Lei, se fizeram valer no país e que afetaram o ensino superior, podem ser vistos na sequência.

O atual Ministério da Educação, criado em 1930, é um órgão da administração federal direta, que responde por toda a política nacional de educação, mas até 1930, a educação, era tratada pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. A partir de 1930, a educação passou a ser atendida pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o qual atendia também as atividades pertinentes à saúde, ao esporte e ao meio ambiente (MEC, 2017). Em 1932, um grupo de renomados educadores, por meio de um manifesto, propuseram que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Nessa época, a igreja dividia com o Estado a área da educação. Logo em seguida, em 1934, com a nova Constituição Federal, a educação passou a ser vista como um direito de todos, a ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (MEC, 2017). De 1934 a 1945, o ministério da Educação e Saúde Pública, promoveu uma reforma dos ensinos secundário e universitário e foi implantado as bases da educação nacional. O Ministério da Educação e Cultura - MEC propriamente dito, surgiu em 1953, com a autonomia da área da saúde (MEC, 2017).

Até 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado, um modelo seguido por todos os Estados e municípios. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do MEC. A reforma universitária, em 1968, foi a grande LDB da educação superior, ao assegurar autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades. A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas (MEC, 2017).

Por meio da nova LDB de 1971 o ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos e com currículo comum para o primeiro e segundo grau e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais (MEC, 2017). Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura o qual em

1992, por força de Lei Federal foi transformado no Ministério da Educação e do Desporto. Somente em 1995, a instituição passou a ser responsável apenas pela área da educação (MEC, 2017).

Em 1996 a mais recente LDB com mudanças nas leis anteriores e a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola) num capítulo específico tratou da necessidade da formação adequada dos profissionais da educação básica. Ainda em 1996, o Ministério da Educação criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (MEC, 2017). Todavia, o Fundef vigorou até 2006, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (MEC, 2017).

Nesse contexto o ensino superior teve que, periódica e sistematicamente, estar se desdobrando para atender aos princípios legais, mesmo estando em fase de construção, ficando instável e vulnerável para uma conduta mais acurada ao seu fortalecimento institucional, dada a necessidade de ter uma perspectiva de longo prazo em sua proposta e planejamento.

3. METODOLOGIA

A pesquisa se classifica quanto a tipologia como bibliográfica e descritiva. A construção do referencial teórico partiu de um levantamento sobre o tema abordado em publicações com validade de cunho científico. Segundo Silva, (2010), a pesquisa é um método que tem por base as referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc. com o uso desse material teórico, a pesquisa procura explicar ou discutir sobre um tema ou problema determinado (SILVA, 2010).

Este trabalho se classifica como descritivo, por descrever pelo levantamento bibliográfico a criação e trajetória da Universidade ao longo do tempo, ao qual Gil (2002, p.42) considera: até mesmo, o estabelecimento de relação entre as variáveis, bem como, a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, dentre elas, a aplicação de questionários e a observação sistemática.

A abordagem de cunho qualitativo, sem abordagem e procedimentos estatísticos, buscou descrever o surgimento e trajetória da Universidade. "A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.." (GOLDENBERG, 1997, p. 34). Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas.

Com relação a técnica utilizada compreende a pesquisa documental com análise de conteúdo, em que os documentos são considerados como fontes no seu sentido amplo e ainda precisam ser tratados e analisados, sendo "matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise" (SEVERINO, 2007, p. 123). Constitui-se como uma pesquisa documental, com análise de conteúdo, pois realizou uma contextualização da realidade e uma análise detalhada do surgimento da Universidade, no contexto mundial, nas Américas e com maior enfoque aos acontecimentos relacionadas a mesma no Brasil, objeto do presente estudo.

Conforme Appolinário (2004), a população ou universo em uma pesquisa teórico-empírica é um grupo de pessoas, objetos ou eventos que possui um conjunto de características comuns que o definem. O universo de pesquisa no estudo é o contexto evolutivo da Universidade.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cavalcante (2000, pg 8) descreve que segundo o educador Valdir Chagas, pode-se distinguir, na luta pela implantação da Universidade no Brasil, três grandes períodos: o primeiro, em que “já tínhamos a Universidade, embora não possuíssemos a instituição”; o segundo, em que “tivemos a instituição, mas não possuíamos a Universidade”; e o terceiro, “a caracterizar-se por uma constante busca de autênticos padrões de funcionamento” (Chagas, 1967, p. 15).

O primeiro período, corresponde ao trabalho desenvolvido pelos jesuítas nos seus colégios, que funcionavam nos moldes universitários (CAVALCANTE, 2000), mas com a expulsão dos jesuítas e desmoronamento da sua obra educacional, prevaleceu a criação de estabelecimentos superiores eminentemente profissionalizantes, com o objetivo de atender às necessidades imediatas da corte. Os cursos criados na época tem seu “modelo” arraigado na estrutura do ensino superior brasileiro.

O segundo período se trata da Lei nº 2.924, de 05/01/1915, que possibilitou reunir as três faculdades existentes no Rio de Janeiro numa “universidade”, concretizada pelo Decreto nº 14.343, em 07/07/1920. A existência do caráter desarticulado, individualista e profissionalizante destas instituições de ensino superior, condizia a ter instituição, mas não a universidade, pois a superposição de uma reitoria não foi suficiente para as transformar em universidade (CAVALCANTE, 2008).

Cavalcante (2000, p.8) aponta como o terceiro período da seguinte forma:

A institucionalização da universidade no Brasil sem uma estrutura universitária condicionou o processo de formação desta universidade a mais uma das dicotomias que têm caracterizado a educação brasileira ao velho debate da quantidade x qualidade, perfeitamente aplicável no País, desde o ensino fundamental até o ensino superior. A própria confusão entre os termos “ensino superior” e “ensino universitário”, utilizados indistintamente com o mesmo significado, demonstra o equívoco sobre a concepção de universidade.

A frágil e desmerecida atenção ao ensino pela anêmica vontade política é recorrente, pois mesmo com a independência política em 1822, não ocorreu mudanças na ampliação ou diversificação do ensino. Os detentores do poder não vislumbravam vantagens com as universidades, e limitavam os investimentos ao ensino superior para evitar sua expansão, como pode ser atestado pelos 24 projetos propostos para a criação de universidades no período 1808-1882, mas sem os efeitos desejados, diante destas posturas políticas, (TEIXEIRA, 1969) e que por vezes se fazem presentes na atualidade.

A Administração Federal, desde a Proclamação da República em 1889, já foi presidida por 42 presidentes, sendo atualmente Presidente da República o 43º a ocupar o maior cargo do Poder Executivo no país (Presidência, 2017). Como é praxe que cada presidente do poder executivo tenha seu próprio plano de governo e sua plataforma de gestão, conseqüentemente as alterações dos mecanismos relacionados as políticas da educação foram e continuam sendo direcionadas pelas políticas de cada gestor e não como uma política de Estado e contínua.

O desafio está na sistematização e unificação do sistema de ensino superior estruturado e que as 2.368 IES do Brasil possam atender em paridade de igualdade com as renomadas universidades a população brasileira. Essas IES geram desafios diante de sua pluralidade, pois a sua maioria, 87,4% são instituições privadas contra 12,6% públicas, das quais, 35,9% são federais, 39,6% da alçada dos estados e, cabendo 24,5% as IES municipais. (INEP, 2015; INEP, 2016; IPEA, 2014; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; SIMÕES, 2016).

Nestas 2.368 IES, são atendidos 32.878 cursos de graduação, disponibilizando as mais variadas oportunidades de formação superior aos estudantes, com um total geral de 8.081.369 vagas sendo 6.345.652 vagas novas e 1.702.239 vagas remanescentes ofertadas em 2014 (INEP, 2015; INEP, 2016; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; IPEA, 2014; SIMÕES, 2016).

O Banco Mundial apresenta os desafios críticos no sistema educacional em: atender as potencialidades dos formandos em sua capacidade de pensar analiticamente, fazer perguntas

críticas, aprender novas habilidades, e operar com alto nível de habilidades interpessoais e de comunicação, inclusive com o domínio de idiomas estrangeiros e a capacidade de trabalhar eficazmente em equipes (WORLD BANK, 2016).

Desta forma, as IES precisam de novo amparo da condução de suas atividades, sendo elas públicas ou privadas. Por sua vez, a administração de instituições públicas, tornam delicados, complexos e morosos vários processos que podem ser mais simples e dinâmicos para as organizações privadas, cujos objetivos são mais claros e o foco do controle externo é uma pequena fração daquele exercido sobre uma instituição financiada pela sociedade (JOHNSON, et al, 1996; PORTER, 1989).

Entretanto, como apontam Laudon & Laudon (2010) os administradores não devem se limitar a administrar o que já existe, mas até recriar a própria organização de tempos em tempos, e neste caso as Universidades (IES) precisam inovar, para proporcionar impulso por novos conhecimentos e formatação de suas instituições (MAGRO, 2015).

Neste sentido, este trabalho buscou apresentar uma abordagem dos acontecimentos e registros do Ensino superior, demonstrando que mesmo com os avanços obtidos, desafios se fazem presentes em novas expectativas de formação e ao atendimento de população ainda desassistida desta modalidade de ensino, bem como um repensar ao Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S., — **Os Aprendizizes do Poder**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.1988.
- Almeida Jr. A., **Problemas do Ensino Superior**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1956
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2004. 295p.
- BARRETO, A.L. FILGUEIRAS, C. A. L.. **Origens da Universidade Brasileira**. Quím. Nova vol.30 no.7. São Paulo, 2007. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-4042007000700050>>. Acesso em 05 jun de 2017.
- BRASIL 2015. **Expectativa de vida no Brasil sobe para 75,5 anos em 2015**. Disponível em :<<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/12/expectativa-de-vida-no-brasil-sobe-para-75-5-anos-em-2015>>. Acesso em 14 Jan 2017.
- _____. **Presidência. Biblioteca presidência da Republica**. Disponível em:<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>>. Acesso em 28 de Jul 2017.
- _____. **Saiba como funciona o sistema de ensino superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em 15 de Nov. de 2016.
- BREVIÁRIO, Á.G. **História do ensino superior mundial**. Disponível em: < <http://historia-do-ensinosuperiormundial.blogspot.com.br/2013/01/>>. Acesso em 10 Jun. 2017.
- BOHER, (ET ALL) I. N.; PUEHRINGER, J.O.; SILVA,, D. S.; NAIRDORF, J. **A história das universidades: o despertar do conhecimento**. Disponível em:<<http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>>. Acesso em 10 de Mai. de 2017.
- CAM. Universidade de Cambridge - **University Crambridge-About the University**. Disponível em:<<http://www.cam.ac.uk/>>. Acesso em 05 Jul. 2017.
- CARVALHAL, T. F.; **Os Prédios Históricos da UFRGS: Atualidade e Memória**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1998, p. 8.
- CALMON, P. **Uma Universidade no Rio de Janeiro**; Lobo, F. B., ed.; UFRJ: Rio de Janeiro, 1967, vol. 1, p. 9.

CAVALCANTE, J.F. **Educação superior : conceitos, definições e classificações**. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CHAGAS, V. **A luta pela universidade no Brasil**. Rio de Janeiro : MEC, UFRS, Comissão de Planejamento/Serviço de Divulgação, 1967

COLLEGESTATS. **Top 10 Oldest Universities in the World: Ancient Colleges**. Disponível em <https://collegestats.org/2009/12/top-10-oldest-universities-in-the-world-ancient-colleges/> Acesso em 20 Mai 2017.

FILGUEIRAS, C. A. L., **Havia Alguma Ciência no Brasil Setecentista?** Química Nova, v. 21, n. 03, 351-353, 1998

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HEER, F. **L'Univers du Moyen Age**. Paris: Fayard, 1970, p.247

HOLLANDA, B. de S.; **Raízes do Brasil**, 26ª ed., 25ª reimpr., Companhia das Letras: São Paulo, 2006, p. 107

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014.

_____. **Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf Acesso em 24 de Out 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016**. – Brasília, DF: Inep, 2016. 590 p.

IPEA - **Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/** Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: Ipea : MP, SPI, 2014. 208 p.

JANOTTI, A. **Origens das universidades**: singularidade do caso português. 2º ed. São Paulo: Edusp, 1992

JOHNSON, B. B.; SAES, F. A. M. de; TEIXEIRA, H. J. & WRIGHT, J. T. C. **Serviços Públicos no Brasil, Mudanças e Perspectivas**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1996.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 9 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

LEITE, S.; **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Itatiaia: Belo Horizonte, 2000, tomo VII, p. 193.

LEVY, Daniel, 1990 — **Higher Education and the State in Latin America**. The University of Chicago Press.

LULAT, Y. G-M. **A History of African Higher Education from Antiquity to the Present: A Critical Synthesis**. GREENWOOD PUBLISHING GROUP. LA 1503.L85. 2005.

LUSIGNAN, S. **La construction d'une identité universitaire en France (XIII-XV siècle)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p.9-10

- MAGRO, R.I **Inovação no setor público**: um estudo sobre o software de gestão administrativa da Universidade Federal de Santa Catarina / Ricardo João Magro; orientador, Rogério da Silva Nunes - Florianópolis, SC, 2015. 252 p.
- MARTINS, A. C. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cir. Bras. vol.17 suppl.3 São Paulo 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001> 20 Jul. 2017.
- MEC. **Ministério da Educação-história**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em 15 Jul 2017.
- MEY, E.S.A. **Bibliotheca Alexandrina**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 1, n. 2, p.71-91, jan./jun. 2004. Acessado em 10 Junho. 2016.
- MEIRELLES, H.L. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. Atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MIRANDA, H.S. **Curso de Direito Administrativo**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- MIRANDA NETO, M. J. de. **A Crise do planejamento**. Rio de Janeiro. Nórdica, 1981.
- MONTPELLIER. **L'Université de Montpellier: 8 siècles d'avance**. Disponível em:<<http://www.umontpellier.fr/>>. Acesso em 20 Jul 2017
- MULGAN; ALBURY. **Innovation in the Public Sector**. London: Cabinet Office Strategy Unit, 2003.
- OX.AC. **University of Oxford: Introduction and history**. Disponível em: <https://www.ox.ac.uk/about/organisation/history?wssl=1> Acesso em 25 Jul 2017
- PARIS. **Université Paris-Sobornne. Lettres et civilisation**. Disponível em:<<http://www.paris-sorbonne.fr/>>. Acesso em 20 Jul. 2017.
- PETERS, F. E.; **The Harvest of Hellenism**, Barnes and Noble Books: New York, 1996.
- PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos**. São Paulo: Atlas, 2010.
- PIERUCETTI, F. **Em Minas, o início do ensino médico no Brasil**. Rev. Med. Minas Gerais. 1992.
- PIVA, T. C. C.; **Tese de Doutorado**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2007
- PNE - Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125)
- PORTER, M.E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. 5ª edição. Rio de Janeiro. Campus, 1989.
- RASHDALL, H. **What is a university? In: The Universities of Europe in the Middle Ages**. (1895). London: Oxford, 1952.
- REALE, G. **História da filosofia antiga III - Os sistemas da era helenística**. Loyola. 2008.
- ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- RUEGG, W.; coord.; **Uma História da Universidade na Europa**, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1996, vol. II, p. 254-259.

- SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.
- SERRÃO, J. V.; **História das Universidades**, Lello & Irmão: Porto, 1983.
- SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA TELLES, P. C.; **História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX)**. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro, 1984.
- SILVA, A.C.R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade - orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2010.
- SIMÕES, A. A.. **As metas de universalização da Educação Básica no Plano Nacional de Educação: o desafio do acesso e a evasão dos jovens de famílias de baixa renda no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.
- SOUZA, P. N. de. **LDB e Educação Superior: estrutura e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- TEIXEIRA, A. — **O ensino Superior no Brasil — Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.1969.
- UASD. Reseña **Histórica de la Universidad Autónoma de Santo Domingo**. Disponível em: <http://uasd.edu.do/index.php/informacion-general/historia>. Acesso em 20 Mai 2017
- UNIBO - **Università di Bologna: La nostra storia**. Disponível em:<<http://www.unibo.it/it/ateneo/chi-siamo/la-nostra-storia>>. Acesso em 02 Jul 2017.
- UNIPD. **Università di Padova – Storia**. Disponível em: <http://www.unipd.it/storia-musei-bibliotech>. Acesso em 15 Jul. 2017.
- UNMSM. **La Universidad Nacional Mayor de San Marcos**. Disponível em: <http://www.unmsm.edu.pe/home/inicio/historia#historia>>. Acesso em 25 Mai 2017.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998**. (Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998). Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visaoacao.html> Acesso em 15 de Jul. 2016.
- USAL.**Universidad de Salamanca: um recorrido de 800 años**. Disponível em: <http://centenario.usal.es/un-recorrido-de-800-anos/>.Acesso em 20 Jul 2017.
- VAINFAS, R., org. **Dicionário do Brasil Imperial**, Objetiva: Rio de Janeiro, 2002.
- VEGA, R.I. **La gestión de la universidad. Planificación, estructuración y control**. Buenos Aires. Biblos, 2009.
- VERGER, J. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001.
- WANDERLEY, L. E. W. **O Que é Universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- WORLD BANK. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos**-Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/38171661293020543041/ESummary_Atingindo_Educacao_nivel_Mundial_Brasil_DEZ2010.pdf. Acesso em: 05 Set. 2016.